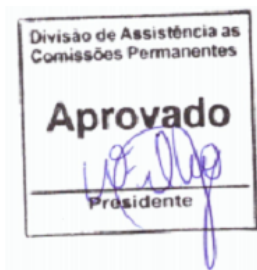




**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
**Casa de Epitácio Pessoa**

**ATA**

---



ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REMOTA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 1644/2020 – QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2020.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e dois do mês de Maio de dois mil e vinte, realizada através de sessão remota, sob a Presidência do Deputado Wilson Filho, ocorreu a Audiência Pública, com o objetivo de discutir o projeto de lei nº 1644/2020 – que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária (LDO) para o exercício de 2021 e dá outras providências. "Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano" o Senhor Presidente declarou aberta a Audiência, convidando para secretariar os trabalhos o deputado Taciano Diniz, em seguida registrou as presenças do Sr. Gilmar Martins (Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão), Dr. Leonardo Quintans (Representante do Ministério Público), Dr. Ricardo Barros (Defensor Público-Geral), Sr. Luzemar da Costa (Auditor de Contas Públicas), Sra. Maria Zaira Chagas (Auditora de Contas Públicas), Dr. Márcio Murilo da Cunha (Presidente do Tribunal de Justiça), Marine Alberto de Medeiros (Associação dos Magistrados), Sra. Ciane Feliciano (APDP), Sr. Manoel Isidro (SINDIFISCO), Sr. Benedito Fonseca (SINDOJUS), Sr. José Ivonaldo (SINTAJ), Sra. Walquíria Cybelle (Conselho Regional de Economia PB), Sr. Renato Silva (DIEESE), Sr.

Sebastião José (CUT-PB), Sr. Altamir Alencar (ASSTEJ-PB), Sr. Felipe Tibério (AMMP-PB), Sr. José Marconi Medeiros (FECOMÉRCIO). O Senhor Presidente passou a palavra ao secretário o Deputado Taciano Diniz que fez a leitura do expediente. Logo após o Senhor Presidente passou a palavra ao Sr. Gilmar Martins que iniciou sua fala realizando uma apresentação através de slides que explanavam a Lei 1644/2020 e a estrutura da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021, discorreu sobre toda a estrutura, abordando os seguintes tópicos: disposições preliminares; prioridades e metas da Administração Pública Estadual; Estrutura e Organização dos Orçamentos; Diretrizes Gerais para a Elaboração dos Orçamentos e Suas Alterações; disposições sobre alterações na Legislação Tributária; Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais; Disposições Relativas à Dívida Pública Estadual; Disposições Gerais; Metas Fiscais; Riscos Fiscais; Metas e Prioridades. Destacou como principais desafios para manutenção do equilíbrio fiscal os impactos financeiros relacionados com a pandemia do COVID-19, queda da arrecadação e aumento do desemprego; admissão de servidores por meio de concurso público já realizados e a realizar; necessidade de manutenção dos percentuais de investimento; aumento do valor destinado ao pagamento dos precatórios; insegurança política, jurídica e econômica em âmbito nacional. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra para que os deputados realizassem os devidos questionamentos ao secretário. O Deputado Taciano Diniz parabenizou o secretário pela excelente exposição. O deputado Tião Gomes enfatizou que o seu trabalho enquanto relator é de ouvir todas as partes, visando fazer um orçamento linear, pediu ao secretário que apresentasse o quadro demonstrativo das arrecadações do ano de 2020. O Senhor presidente registrou a presença dos seguintes deputados: Dra. Paula, Jutay Meneses, Estela Bezerra, Eduardo Carneiro, Lindolfo Pires. O deputado Tião Gomes esclareceu que os deputados tem direito a 1,2% destinados a emendas impositivas, porém que esse valor não é praticado no Estado, na proposta apresentada pelo governo está com um percentual de 0,4% que serão de fato efetivados, salientou que o continuarão lutando pelo direito a 1,2% e que só aceitaram esse percentual menor devido a atual situação do estado. Prosseguindo o Deputado Eduardo Carneiro demonstrou preocupação com o período pós pandemia, pontuou questões como a receita estadual, as aulas escolares, geração de emprego e renda. Logo após o Deputado Lindolfo Pires questionou o secretário em relação as



perdas de receita do estado e se o valor que o governo federal destinou a Paraíba é suficiente para suprir as perdas do estado, também questionou se a alteração na alíquota da PBPREV já irá refletir esse ano na diminuição do déficit previdenciário e se o que está sendo corrigido na LDO para os poderes está baseado na inflação ou no ano anterior. A Deputada Dra. Paula mencionou a importância das emendas impositivas, e questionou ao secretário como será distribuído o repasse do governo federal para os municípios. A Deputada Estela Bezerra questionou como a equipe econômica do Estado tem trabalhado com as projeções reais diante desse novo cenário e quais são as áreas estratégicas que precisam ser preservadas. Ato contínuo foi chamado a se pronunciar o Dr. Leonardo Quitans, Representando o Ministério Público. Com a palavra observou que houve um achatamento no orçamento das instituições em contrapartida ao orçamento estatal e, apesar de algumas correções, a defasagem ainda continua discrepante, dessa forma, assinalou para uma prejudicialidade na execução dos serviços pelo o órgão, nesse diapasão, pontuou a preocupação com Caput do art. 34 na expressão contida no mesmo que possibilita a redução do IPCA e prejudicará ainda mais o funcionamento do MP. Logo na sequência foi passada a palavra ao Professor Luciano Albino, representando a UEPB que fez os cumprimentos de praxe, destacou as qualidades, ações e relevância da UEPB e do serviço público no contexto atual, destacou o posicionamento de solidariedade da instituição com a população paraibana, assinalou para as dificuldades da UEPB que sofreu vários contingenciamentos ao longo dos anos, informou da necessidade de garantia de recursos para manutenção dos projetos e perguntou o que tem sido pensado pelo Poder Executivo com relação a mesma. Em seguida se pronunciou o Sr. Luzemar da Costa Martins, Auditor de Contas Públicas, representando o TCU. Após os cumprimentos de praxe se acostou a fala do representante do MP sobre a preocupação com o art. 34 e à expressão que podem dar margem a várias interpretações, momento em que sugeriu que a mesma fosse retirada. Após esse momento o deputado Wilson Santiago convidou o Secretário Gilmar Martins de Carvalho para responder as indagações que lhes foram feitas. Com a palavra, em resposta ao deputado Tião Gomes, disse que através do Portal de Transparência do Governo do Estado há a possibilidade de fazer comparações dos arrecadados do Estado que demonstram quedas de arrecadação, assinalando que a despesa desse ano é maior que ano passado. Sobre a vinculação de percentagem para as



emendas impositivas, lembrou que há na Paraíba o orçamento democrático que destina recursos à diversas áreas da sociedade e sendo assim o aumento das percentagens levam a reflexão da compatibilização com o orçamento. Em resposta ao deputado Lindolfo Pires disse que o auxílio financeiro compensatório foi calculado com base no ano anterior, mas não no montante satisfatório para devolver o fôlego aos recursos do Estado. Com relação ao PL39, será concedido por quatro meses e que o restante dos meses é um ainda uma incógnita devido aos impactos econômicos. Sobre a reforma da previdência informou que não tem como suprimir o déficit previdenciário sem receitas novas. Informou ainda a Dr. Paula como foi feito o cálculo e os critérios utilizados para distribuição dos recursos no Estado. Respondeu, em seguida, a deputada Estela Bezerra, que as discussões de planejamento da Secretaria começaram a ser feitas em março, antes da mudança do cenário e, dessa forma, ocorreu uma prejudicialidade, mas que o orçamento é uma estimativa que deverá tentar aproximar ao máximo as estimativas de receitas e despesas. Em resposta ao Dr. Leonardo Quitans e Dr. Luzemar Martins refletiu que o congelamento dos percentuais para implementar do duodécimo foi necessário para que o Estado não perdesse o equilíbrio fiscal, contemplando, desse modo, um esforço em conjunto dos Poderes, aproveitou para assinalar para a manutenção das tecnologias que minimizam a demandas de recursos públicos. Disse ainda que não é intenção do Governo do Estado deixar de repassar o IPCA, mas enfatizou que a expressão utilizada é apenas sinalização de prudência. Ao Professor Luciano Albino disse que houve recomposição do orçamento da UEPB, instante em que discorreu sobre a parceria com o Governo do Estado e pontuou de forma elogiosa para o NUTES e a preservação da autonomia da instituição. Dando Continuidade o deputado Wilson Santiago convidou a falar a Sra. Ciane Feliciano Associação dos Defensores Públicos- APDP. Com a palavra saudou a todos, falou sobre a não recomposição do orçamento da Defensoria Pública com relação aos outros Poderes e relatou a preocupação com contingenciamento do orçamento previsto na Lei de Diretrizes, pediu, nessa feita, a restauração do orçamento do ano de 2015 e suas correções para o ano vindouro. Seguidamente foi passada a fala ao Sr. Gustavo Terto, SINTESP-PB. Com a palavra saudou os presente, falou que a ameaça de corte do orçamento prejudica o servidor, ressaltou e se acostou a fala do Professor Luciano Albino, pediu que houvesse atenção ao repasse

do orçamento para UEPB visto que muitos dependem da Instituição. Em prosseguimento foi convidado a se pronunciar o Sr. Altamir Alencar Pimentel, Associação dos Servidores da Secretaria do TJ- ASSTEJ – PB. Com a palavra saudou os presentes, falou da preocupação da expressão “poderá” contida no Art. 34, momento em que informou que a resposta do Secretário Gilmar Martins não os contempla visto que, a independência dos poderes só poderá ocorrer se houver independência financeira, falou ainda das disparidades entre o duodécimo e a receita líquida do Estado e sobre a possibilidade de inserção de um parágrafo que contemple que o duodécimo não poderá ser inferior ao ano anterior para trazer segurança aos poderes. Dando continuidade se pronunciou o Sr. Sebastião José dos Santos, CUT- PB. Com palavra saudou a todos, ressaltou que os servidores públicos vem sendo atacados em seus direitos e solicitou a criação de uma Emenda que vislumbresse a criação de uma mesa permanente de negociação para que, quando as pautas chegassem, os trabalhadores pudessem ser informados e discutir os temas de seu interesse. Com a palavra, logo após, falou o Senhor Ricardo Barros, Defensor Público Geral da Paraíba, que endossou a fala da Senhora Ciane Feliciano sobre o congelamento do orçamento da Defensoria Pública da Paraíba, ressaltou que não houve sequer correção desse valor, ficando no mesmo numerário dos anos anteriores, que ainda falta o repasse do valor completo e que a única correção ocorrida compreendeu os anos de 2019 a 2020 pelo governo atual. Frisou que ainda existe uma defasagem de 30.92%, cobrou para que esse problema pudesse ser resolvido afim de ser acrescentada uma recuperação no orçamento da Defensoria. Concluiu agradecendo a oportunidade de ter participado. Na sequência, usou da palavra a Senhora Mauriene Freitas, representante da ADUEPB (Associação dos Docentes da UEPB), que, na ocasião, fez um questionamento ao Senhor Secretário de Estado sobre um dispositivo da LDO que permite uma eventual faculdade no repasse do orçamento para a instituição, o que acaba por diminuir o valor deste, depois, a participante atentou para o fato de que a peça orçamentária atual previa uma recomposição de valores para todos os poderes, exceto para a UEPB e pediu para que a proposta do orçamento da instituição pudesse se tornar viável diante de todo o cenário atual. Ela lembrou ainda que era preciso enfrentar o período de pandemia acreditando na ciência e que o Estado por si só não conseguiria repor certos instrumentos para o combate ao Covid19, o que ensejaria uma necessidade

de apoio à farmácia e aos laboratoriais da UEPB. Por fim, ela frisou que para uma recomposição justa na peça orçamentária era imprescindível um tratamento isonômico na proposta do orçamento estadual. Em seguida, falou o Senhor Manoel Isidro, Presidente do Sindifisco da Paraíba, que saudou os participantes da sessão, apontou que achava estranho a reforma da previdência não ter sido suficiente para acabar com o déficit previdenciário estadual, questionou as metas fiscais do Estado, lamentou que, pela peça orçamentária, o Estado da Paraíba estaria prestes a se endividar ainda mais expôs a importância de o Governo encontrar outra forma de arrecadação sem ter que aumentar dívida do ente. Por fim, agradeceu o uso da fala. Logo após, falou o Senhor Gilberto Rodrigues, representante da Associação dos Magistrados da Paraíba, que registrou os 4 anos de congelamento salarial dos membros do Judiciário paraibana e a dificuldade financeira por que passa o Tribunal. Ele lembrou que houve um aumento na arrecadação do Estado, mas que ano passado o Governo aportou uma recompensa parcial ao Poder Judiciário. Depois ele pontuou algumas questões sobre o art. 34 da LDO, afirmou que era preciso aprofundar o debate sobre o orçamento para que seja fixado um valor justo considerando-se o que se arrecada pelo Estado e defendeu que o mínimo a ser garantido seria o valor do índice do IPCA para uma maior efetividade na prestação jurisdicional. Enfim, agradeceu a participação. Falou na sequência o Senhor Benedito Fonseca, que, após cumprimento de praxe, afirmou que o posicionamento do Dr Gilberto Rodrigues contemplava um pouco da proposta dos Oficiais de Justiça da Paraíba, acostou-se ao discurso do Senhor Manoel Isidro e se posicionou favorável a uma auditoria cidadã nas contas do Estado e à criação de uma mesa de negociação para possibilitar uma maior discussão acerca do orçamento do Estado. Em seguida, usou da palavra a Senhora Suana Melo (ASPOL/PB), que destacou o repasse feito pelo Governo Federal ao Estado da Paraíba, pediu para que o Estado levasse em consideração a situação de morte dos policiais civis vítimas do Covid19 e atentou para o fato do complemento e a recomposição salarial dos policiais civis da Paraíba. Na sequência, o Presidente concedeu a palavra ao Senhor Secretário para que ele pudesse se posicionar acerca da fala dos oradores. Inicialmente, o Secretário comentou que o Estado estava passando por um processo de recuperação desde o orçamento do ano passado, apontou algumas justificativas com base no princípio da igualdade de tesouraria, lembrou que os tributos arrecadados





não possuem uma destinação específica para uma única área e que o que se deveria ser levado em consideração era a peça orçamentária como um todo. Por fim, ele afirmou que a Paraíba estava fazendo o sacrifício para honrar o compromisso com o pagamento em dia de todos os servidores do Estado. Dito isso, o Secretário expôs o posicionamento dele da seguinte forma: sobre a fala da Senhora Siane Feliciano, ele destacou o duodécimo da Defensoria, falou que o Estado estava fazendo de tudo para continuar avançado na recomposição parcial do órgão e que ele iria levar ao Governador as anotações sobre o pleito da reivindicação do pagamento da recomposição orçamentária da Defensoria Pública no valor 90 milhões; quanto à questão levantada pelo Senhor Altamir Pimentel, o Secretário apresentou a justificativa esclarecendo a dúvida sobre a expressão “poderá”, prevista no art 34 da LDO; no que diz respeito à participação do Senhor Ricardo Barros, o Secretário falou sobre o duodécimo da Defensoria Pública e reiterou que a gestão do Governador João Azevedo estaria tratando de todos os pleitos para na tentativa de uma melhoria salarial para a categoria; quanto à fala da Senhora Mauriene Freitas, o Secretário assegurou que a intenção do Governo era continuar com investimentos na UEPB, que a Secretaria estaria de portas abertas para receber os pleitos da instituição e garantiu tranquilidade à fala dela; sobre a fala do Senhor Manoel Isidro, o Secretário disse que em nenhum momento a fala dele e a dos representantes do Governo afirmava que a reforma da previdência iria eliminar o déficit previdenciário, destacou que, quanto à dívida pública, nenhuma unidade da Federação teria como cumprir com as demandas apenas com orçamento próprio e explicitou com clareza a situação da dívida do Estado, dos benefícios e das renúncias fiscais; quanto ao que foi exposto por Suana Melo, ele disse que o Estado já estaria ciente das demandas sobre o congelamento e recomposição salarial dos policiais civis; no tocante ao que foi dito pelo Senhor Gilberto Rodrigues, o Secretário esclareceu a situação do duodécimo dos poderes, falou do risco de vincular o duodécimo à arrecadação dos poderes e os índices do congelamento. Por fim, ele fez os agradecimentos finais, em especial ao Presidente da Comissão de Orçamento, o Deputado Wilson Filho, asseverou que o Estado estava construindo uma peça orçamentária conjunta para o Ente Federado e não para o Poder Executivo, e que permaneceria ouvindo todos pleitos apresentados. Após a fala do Secretário, o Presidente passou a palavra o Relator, Deputado Tião Gomes, que solicitou que os



participantes da Sessão encaminhem as sugestões e propostas por escrito para que a relatoria pudesse contemplar a todos e o orçamento pudesse chegar perto de uma peça perfeita. Ele assegurou ainda que iria procurar fazer o melhor possível, fez algumas ponderações sobre a interlocução e o diálogo entre o Governo do Estado, a Secretaria e o Poder Legislativo, parabenizou a fala do Secretário, falou da necessidade do crescimento e reconstrução do Estado, reiterou que a Comissão de Orçamento estaria disposta a receber as sugestões e propostas e finalizou agradecendo a oportunidade. Por fim, o Presidente e Deputado Wilson Filho usou da palavra e rebateu as críticas que a Assembleia da Paraíba recebeu da mídia em relação a postura dela sobre o aumento salarial referente ao mês de janeiro, elogiou o trabalho conjunto da Comissão de Orçamento, agradeceu a paciência dos participantes e deu por encerrada a presente reunião. Lavrando a presente Ata, os redatores, Karla Georgea Castro Silva, Simone Patrícia B. de Macedo, Tiago Carvalho de Férias e Frederico Bezerra dos Santos, Assistentes Legislativos, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente Wilson Filho, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Sessões, João Pessoa, 22 de maio de 2020.



Deputado Wilson Filho  
Presidente